

 [10.58876/rbbd.2023.1911758](https://doi.org/10.58876/rbbd.2023.1911758)

Acervo da vergonha: censura e resistência

Acervo da vergonha: censorship and resistance

Luiza Alves Rocha

Bacharel em Biblioteconomia pela
Universidade de Brasília (UnB).
E-mail: luizaalves004@gmail.com

Michelli Pereira da Costa

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade
de Brasília (UnB). Professora adjunta do curso de
Biblioteconomia da Universidade de Brasília (UnB).
E-mail: michelli@unb.br

RESUMO

Os acervos informacionais têm enfrentado diversos períodos históricos autoritários. A partir de uma abordagem qualitativa, foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas, entre os anos de 2021 e 2022, com o intuito de investigar ações governamentais de censura aos livros durante o Estado Novo (1937-1946), a Ditadura Militar (1964-1985) e o “Brasil Atual” (2016-2022). Em todos os períodos aqui destacados, as ações de censura aos livros foram enfrentadas por atores sociais como bibliotecários, editores, autores e artistas. Considerando a relevância dessas ações para o movimento da história, nesta pesquisa buscou-se também evidenciar as ações de resistência a essas políticas. Em relação ao Estado Novo, foram encontradas 6 políticas de censura e 5 ações de enfrentamento. Se tratando da Ditadura Militar, foram apontadas 7 políticas e 4 ações de resistência. Ao se analisar o cenário político social recente, é possível notar que as ações governamentais de censura vêm se agravando. Perseguições explícitas e institucionais às mesmas temáticas e propostas de taxação de livros marcam o presente e nos mostram constantes similaridades com períodos censórios da nossa história. Neste sentido, analisar historicamente os acervos informacionais nos faz perceber que estes vêm resistindo a ações de desmonte desde sua origem e que atores importantes dos sistemas de informação, como bibliotecários, artistas e editores, têm lutado para que estes permaneçam vivos e atuantes a várias décadas. Identificar ações relevantes ao fortalecimento destes locais nos mostra que é possível resistir à conjuntura atual.

Palavras-chave: Acervos informacionais. Autoritarismo. Acervo da vergonha.

ABSTRACT

The information collections have faced different authoritarian historical periods. From a qualitative approach, documentary and bibliographic research were carried out, between the years 2021 and 2022, in order to investigate government actions of censorship on books during the Estado Novo (1937-1946), the Military Dictatorship (1964-1985) and the “Brasil Atual” (2016-2022). In all the periods highlighted here, the actions of censorship on books were confronted by social actors such as librarians, publishers, authors and artists. Considering the relevance of these actions to the movement of history, this research also sought to highlight the actions of resistance to these policies. Regarding the Estado Novo, 6 censorship policies and 5 confrontation acts were found. In terms of the Military Dictatorship, 7 policies and 4 resistance actions were identified. When analyzing the recent social political scenario, it is possible to notice that government actions of censorship have been getting worse. Explicit and institutional pursuits surrounding the same themes and proposals for taxation of books mark the present and show us constant similarities with periods of censorship in our history. In this sense, historically analyzing the information collections makes us realize that they have been resisting dismantling actions since their origin and that important actors of information systems, such as librarians, artists and editors, have fought for them to remain alive and active for several decades. Identifying relevant actions to strengthen these places shows us that it is possible to resist the current situation.

Keywords: Informational collections. Authoritarianism. Collection of shame.



1 INTRODUÇÃO

Acervo da vergonha foi a identificação dada pelo então presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, ao conjunto de “livros indesejados” na biblioteca da instituição durante sua gestão, em 2022. A classificação de parte do acervo com o rótulo foi baseada nos argumentos de que as obras em questão são “pautadas pela revolução sexual, pela sexualização de crianças, pela bandidolatria e por um amplo material de estudo das revoluções marxistas e das técnicas de guerrilha” (CNIRC, 2021, p. 8). A avaliação foi publicada em 2021 e indicou que 54% do acervo deveria ser excluído, dos quais a grande maioria abordava a temática marxista (CNIRC, 2021). A eliminação do material foi proibida pela Justiça Federal em deferimento à ação popular movida contra Sérgio Camargo ainda em 2021 (CUNHA, 2022). A perseguição à temática marxista é flagrante prática de censura e remonta a outros períodos históricos onde o autoritarismo político e o fascismo dão forma à estrutura estatal e marcam um projeto político.

As temáticas destacadas no relatório já foram alvo de repressão em outros momentos da história brasileira retratados aqui no estudo como período de governos autoritários. Stanley (2020) ao apontar as estratégias de governos fascistas para alcançar o poder autoritário, aponta que a aplicação dos termos “marxismo cultural” ou “doutrinação marxista” é uma tentativa de deslegitimar perspectivas alternativas ao poder que se pretende instalar. O fenômeno é observado em diversos países do mundo onde verifica-se a ascensão de grupos e/ou partidos autoritários e fascistas.

O avanço de regimes autoritários e totalitários no século XX trouxe novos desdobramentos em relação à censura. No Brasil, este cerceamento foi um dos principais mecanismos de controle das manifestações culturais e sociais durante o Estado Novo (1937-1946) e a Ditadura Militar (1964-1985). O autoritarismo se manifestou no contexto dos acervos informacionais a partir de ações e medidas de censura, repressão, anti-intelectualismo, anticiência, desmonte, sucateamento, desinformação e cerceamento das liberdades individuais e das ideias. “Se a leitura não pode ser desaprendida, o recurso mais apropriado para impedir sua circulação é limitar seu alcance. A censura tornou-se um poderoso instrumento da repressão em regimes autoritários” (COSTA; GERMANO, 2013, p. 151).

Uma das formas utilizadas para limitar o alcance das novas ideias e das leituras impertinentes aos regimes autoritários foi e continua sendo por meio da repressão aos acervos que promovem seus registros. No Brasil, a censura ou acesso controlado ao conhecimento, publicações, livros, expressões artísticas com vistas a manutenção de interesses e legitimação de poder, já foi, por diversas vezes, institucionalizada. De acordo com Leitão (2010, p. 34), a censura é “uma atitude que visa interferir na divulgação das ideias de um autor, às vezes impedindo a publicação, outras vezes, a circulação e venda dos livros, outras ainda a guarda em bibliotecas privadas ou públicas, proibindo o acesso dos leitores”. A censura governamental, ou seja, aquela definida pelo governo e reforçada por este, “resulta em um jogo de forças entre o poder político e o poder abstrato das palavras, das ideias e dos textos escritos” (LEITÃO, 2010, p. 34).

As políticas censórias, que visam o desmonte de acervos e/ou o enfraquecimento de suas instituições responsáveis, provocaram reações de resistência por parte de bibliotecários, artistas, autores, editores e leitores. A resistência é motivada pela mesma premissa de seus censores. Ambos reconhecem nos livros e nas bibliotecas a potência de formação e transformação que a leitura pode gerar nas pessoas e sua força para transformar a realidade.

As experiências do passado são parte da materialidade do presente e na medida em que é estabelecido o diálogo entre as realidades do passado e presente, construímos condições de preparação para o futuro (SCMIDT; CAINELLI, 2004). Diante da relevância da compreensão do passado para o presente e para o futuro, este estudo buscou responder às seguintes questões: Quais políticas governamentais afetaram negativamente os acervos informacionais durante os períodos autoritários no Brasil? Quais forças de resistência no âmbito das bibliotecas brasileiras são evidenciadas nos períodos de autoritarismo político?

2 METODOLOGIA

O cerceamento de informações e o acesso controlado ao conhecimento estiveram presentes no cotidiano dos acervos informacionais desde sua fundação e se intensificaram em diversos países no decorrer do século XX. Este estudo surgiu a partir do interesse em se conhecer melhor o que os acervos informacionais enfrentaram durante o

Estado Novo (1937-1946), a Ditadura Militar (1964-1985) e o que ainda enfrentam no “Brasil Atual” (2016-2022), a partir de dois objetivos específicos: o de investigar ações governamentais de censura a estas instituições durante períodos autoritários da história nacional; e o de evidenciar ações como forma de resistência e enfrentamento a essas políticas.

Neste sentido, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, em que seus dados são as “descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações, condutas observadas e suas manifestações” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 34). Em relação a técnica de coleta desses dados, foi utilizada a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é aquela realizada com base no registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores. São empregados dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.

Os documentos escolhidos como amostra são de autores que possuem currículo extenso na área e diversas qualificações acadêmicas, e são resultados de um levantamento feito, entre 2021 e 2022, a partir do Google Acadêmico, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e da Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci). As notícias jornalísticas foram encontradas no Google e no Google Notícias.

Após realizada uma busca inicial para a escolha das palavras-chave que trouxessem resultados mais precisos, na BDTD e na Brapci foi utilizada a busca avançada por todos os campos, com as palavras-chave colocadas entre aspas e empregando-se o operador booleano AND. Com o intuito de refinar os resultados ainda mais, no Google Acadêmico e Notícias, foi empregado o termo *intitle* nos argumentos de busca. Como exemplo, em uma das pesquisas realizadas na BDTD utilizou-se o argumento de busca: "biblioteca pública" e "estado novo", o que trouxe 2 resultados totais, sendo 1 deles relevante para este estudo, o trabalho de Suely Silva (1992). Já no Google, empregou-se: *intitle*:"Sergio Camargo" e "livros da palmares", o que trouxe 3 resultados totais, sendo 1 deles relevante, o do jornal O Globo (2022).

A pesquisa bibliográfica foi realizada nas teses, dissertações e artigos de: Sandra Reimão (2011), Bárbara Leitão (2010), Zita Oliveira (1994), Suely Silva (1992), Maria Otero (2003), Nayara Vieira (2010), Bárbara Lima (2014), Elaine Caldas (2005), Fábio Souza (2014) e nos artigos de: Maria Carneiro (2002), Alessandra Oliveira,

Luiz Silva e Jetur Castro (2015; 2018), Raphael Greenhalgh (2020), Arabelly Lima e Marcos Galindo (2018), Maria Frota (2014) e Angélica Lovatto (2009).

A pesquisa documental teve como fonte de informação o relatório da Fundação Cultural Palmares (2021), as notas publicadas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB-1, 2020; CRB-6, 2021) e materiais da campanha Bibliotecas que não se calam: aqui a censura não tem vez, promovida pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB, 2020).

Especialmente para a documentação de fatos da história recente do Brasil, foram consideradas notícias publicadas pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (2019a, 2019b e 2020) e matérias veiculadas pelos jornais: O Globo (MEGALE, 2020; AMADO, 2020; GOBBI e DANTAS, 2021; O GLOBO, 2021); Estadão (Viveiros, 2020); El País (OLIVEIRA, 2020); The Intercept (GONÇALVES, 2017); Jornal do Comércio (SANDER, 2017) e Jornal da USP (COSTA, 2019).

4 AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE CENSURA AOS ACERVOS INFORMACIONAIS EM PERÍODOS AUTORITÁRIOS NO BRASIL

Ao abordar o autoritarismo no Brasil do século XX, dois momentos se destacam. O primeiro deles, o Estado Novo, foi instituído por Getúlio Vargas em 1937. Nesse período, “Vargas determinou a desmontagem do Departamento de Cultura de São Paulo e o cancelamento do projeto de Biblioteca Municipal iniciado por Rubens Borba de Moraes” (LEITÃO, 2010, p. 99). O Departamento, criado em 1934, tinha o intuito de democratizar a cultura e “transformá-la em fator de humanização da maioria” (GOMES, 2008, p. 26). Getúlio, porém, percebeu no livro a capacidade de transformação da ordem na sociedade e acreditava que sua produção e divulgação deveriam ser controladas, por meio da proteção do Estado (OLIVEIRA, 1994, p. 44). Neste sentido, o Departamento foi perdendo sua força e influência. Paulo Duarte, que o gerenciava, se opôs ao regime vigente e acabou exilado. O Curso Superior de Biblioteconomia também foi fechado, em 1939, por Prestes Maia, que assumiu a prefeitura de São Paulo em 1938, pois considerava que a “subversão” não era atribuição do Departamento de Cultura (LEITÃO, 2010, p. 100).

A transformação do antigo Instituto Cairu em Instituto Nacional do Livro (INL) por Vargas, em 1937, aponta para uma nova tentativa de exercer mais controle sobre os livros

e as ideias que propagam, segundo destacou Silva (1992, p. 44). Getúlio voltou-se para “a estruturação de um sistema que pudesse servir oficialmente a seus propósitos. A repressão ao conhecimento era tratada como questão e pauta de saúde pública, demandando, portanto, medidas de saneamento” (LEITÃO, 2010, p. 105). Apesar do INL ter sido de extrema importância como provedor de acervo para bibliotecas públicas localizadas em regiões distantes do país (LEITÃO, 2010, p. 109), o acesso a esses materiais era totalmente controlado pelo governo.

Sr. Presidente, o livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste... Encontraremos sempre um livro no fundo de todas as revoluções. É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas. Para tais objetivos, seria conveniente a criação do Instituto Nacional do Livro (CAPANEMA, 1937 apud SILVA, 1992, p. 44).

O conhecimento “válido” era apenas aquele permitido pelo Estado. É possível encontrar similaridades desta prática com o que se passou durante o período de criação das bibliotecas públicas, na Inglaterra e nos Estados Unidos, conforme discutiu Mueller (1984). De acordo com a autora, o acervo das bibliotecas públicas era, então, ditado pelo Estado e, conseqüentemente, limitado por ele. Ficava, também, ao encargo destas instituições a função de difundir as crenças, a moral, os valores e os costumes impostos pelas elites da época. Desse modo, outras formas de manifestações sociais e culturais foram, por muito tempo, consideradas “inferiores” e censuradas. O acesso era permitido a apenas partes específicas do conhecimento.

O Estado, então, legitimava, reproduzia e perpetuava o status quo, garantindo assim a hegemonia daqueles que estavam no poder (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 179). Estando a elitização do conhecimento diretamente ligada à manutenção desse status na sociedade e do pensamento apático e não revolucionário (VERGUEIRO, 1988, p. 211), os acervos informacionais eram utilizados pelo Estado como um instrumento controlador, como uma ferramenta que levaria as comunidades a um padrão cultural definido como adequado por aqueles que se sentiam legítimos conhecedores da cultura brasileira (OLIVEIRA, 1994, p. 44). O intuito era o de perpetuar e propagar a ideologia dominante.

“O paradoxo reside em ter a informação como instrumento de mudança e não conseguir alterar a ordem vigente, vindo a reforçar a ordem e a manutenção do sistema” (TANUS, 2007, p. 208).

O governo de Vargas também contava com diferentes órgãos de fiscalização. O Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) foi um importante aparelho regulador do Estado Novo, ficando encarregado pela censura de manifestações culturais e de comunicação em massa, além de inspecionar toda a área de publicações, direcionando-as para o valor ideológico imposto pelo Estado (LEITÃO, 2010, p. 112). “O DOPS, durante todo o seu período de atuação (1924-1983), foi o responsável por atos de saneamento ideológico que nos revelam como se processava a lenta mutilação do saber” (CARNEIRO, 2002, p. 48).

Já o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) era tido como a instituição mais bem sucedida da Presidência da República e respondia diretamente a Vargas. O DIP atrelava a intensa vigilância sobre os livros e outros tipos de publicações, a edição de obras que enaltescessem o governo e a figura de Getúlio (LEITÃO, 2010, p. 113). Por conta da censura, “para evitar prejuízos, não só as editoras passaram a limitar seus investimentos, mas também os autores que, para não perder seus espaços no meio editorial, passaram a restringir seus pensamentos” (OLIVEIRA; SILVA; CASTRO, 2018, p. 141). Em 1937, na cidade de Salvador, livros do escritor Jorge Amado foram apreendidos e publicamente queimados por associação ao comunismo. Após o final do Estado Novo, o Brasil passou pelo chamado “Período Democrático”. Apesar de ser assim conhecido, não houveram, na época, políticas que trouxessem mudanças significativas em relação à censura e à liberdade de expressão (LEITÃO, 2010, p. 116-142).

Foi, então, que no dia 2 de abril de 1964, o general Costa e Silva estabeleceu o Comando Supremo da “Revolução”, com os líderes do exército, da marinha e da aeronáutica, formando um triunvirato até a eleição indireta de Humberto de Alencar Castelo Branco (FREITAS NETO; TASINAFIO, 2015, p. 905). O período da Ditadura Militar também ficou marcado pelo desmonte e a censura, que se fortaleceram ainda mais. “Era o fim da experiência democrática do período 1945-1964. Pela primeira vez na história do país, os militares assumiram o poder com a perspectiva de aí permanecer, começando a instaurar um regime autoritário” (FAUSTO, 2019, p. 461). Logo que novo governo foi estabelecido, “em 1964 os Centros Populares de Cultura (CPCs) foram

colocados na ilegalidade e os artistas e intelectuais se dividiram na resistência clandestina ou no silêncio promovido pela censura instalada pelo novo regime político” (RAMOS, 2015, p. 113).

Ao mesmo tempo, bibliotecas universitárias foram invadidas e reviradas a procura de “livros suspeitos”, como a da Faculdade de Filosofia de Rio Preto; a da Universidade de Brasília, que foi interditada e investigada; e a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA; CASTRO, 2015, p. 129). De acordo com a exposição de Perseu Abramo, presente no Relatório da Comissão Anísio Teixeira da Memória e Verdade, o prédio onde ficava a Biblioteca Central da Universidade de Brasília, BCE, foi interditado por 15 dias e todos os seus livros foram revistados. Foram selecionados como subversivas as obras *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal; *O Círculo Vermelho*, de Arthur Conan Doyle; *História da Revolução Francesa*, de Carlyle, e um álbum do arquiteto Le Corbusier, confundido com Roland Corbisier (GREENHALGH, 2020, p. 6).

O espaço físico fácil de se controlar foi propício a medidas arbitrárias de intervenção nas bibliotecas, porém, do ponto de vista prático, a estratégia de combinar concomitantemente a restrição de verbas à infraestrutura adequada e censurar os livros, foi tida, pelo governo, como mais prática e eficaz (LEITÃO, 2010, p. 188-189). Como resultado indireto dessas ações, as bibliotecas públicas brasileiras foram consideradas oficialmente monitoradas, já que integravam os instrumentos de controle cultural, eram formadas e mantidas por recursos públicos e interesses do Estado, seu grande agente de implantação e manutenção (LEITÃO, 2010, p. 188-189).

Com a instauração da Ditadura Militar o governo a decretou, ao todo, 17 atos institucionais (AI) como meio para exercer maior controle sobre a população. Embora as ações censórias estejam presentes desde o princípio dos governos militares, foi com o AI-5, publicado em 1968, que a censura aos livros e outras manifestações artísticas foi sistematizada. Segundo Reimão (2011, p. 10), “entre o golpe militar de 1964 e a decretação do AI-5, a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios, mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física”. Estas ações eram cumpridas inadequadamente e fundamentadas na urgência de se garantir a “segurança nacional e a moral e os bons costumes”. Tinha o propósito de apreender publicações de cunho subversivo. Um dos

focos desta atuação, na época, foi o editor Ênio Silveira, da Editora Civilização Brasileira (REIMÃO, 2011, p. 10).

Em 13 de dezembro de 1968, o então presidente Artur da Costa e Silva outorgou o Ato Institucional nº 5. Em nome da “autêntica ordem democrática”, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições do povo brasileiro, o AI-5 criava condições para a censura à divulgação da informação, à manifestação de opiniões e às produções culturais e artísticas (REIMÃO, 2011, p. 17). Com base neste ato, a música, o cinema, as novelas, a literatura, o teatro, e outras formas de manifestação artísticas foram coibidas e sofreram perseguições (OLIVEIRA; CASTRO, 2015, p. 128). “No que tange ao cerceamento da produção cultural, nos 10 anos de vigência do AI- 5 foram censurados cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos de telenovelas” (REIMÃO, 2011, p. 21).

Neste sentido, o Decreto-Lei nº 1.077, instituído em 26 de janeiro de 1970, durante a administração de Emílio Médici, visava a institucionalização da censura prévia, proibindo publicações consideradas “obscenas” que rebaixassem e degradassem a juventude, bem como ideias comunistas que pudessem influenciar as famílias tradicionais brasileiras (OTERO, 2003, p. 85). Após este decreto, o Estado passou a ter ampla autonomia para censurar estas publicações, a partir do órgão de Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), ficando determinado que, todas as publicações deveriam ser fiscalizadas para não serem divulgadas informações contra o que o Estado pregava e seus próprios interesses (OLIVEIRA; CASTRO, 2015, p. 128).

Foram interditas com base no Decreto-Lei nº 1.077 diversas obras como “A Volúpia do Pecado”, de Cassandra Rios; As mulheres, o amor e o sexo, de Robert Chartham; “Feliz Ano Novo”, de Rubem Fonseca; além de várias histórias em quadrinhos, peças de teatro e filmes (VIEIRA, 2010, p. 113-121). “O Decreto permitiu, além da censura, a emissão de ordens condenando à incineração obras consideradas pornográficas” (LEITÃO, 2010, p. 131). O artigo nº 5, inciso II, do decreto previa a queima de material cultural apreendido pelos censores e que há, no Arquivo Nacional, uma sequência de documentos, denominados Autos de Incineração, apontando que várias obras que foram detidas pela DCDP foram incineradas (GREENHALGH, 2020, p. 12-13).

O Departamento de Ordem Política e Social também continuou a atuar após o golpe de 1964. Logo que o novo regime foi instaurado, a censura sobre as publicações foi feita pelo DOPS, pela polícia federal e por soldados do exército. As bibliotecas particulares também não escaparam da ação do DOPS, que as vasculharam à procura de livros que atentassem contra a ordem vigente (OTERO, 2003, p. 109-110). Os policiais, muitas vezes, confiscavam obras de valor comercial. A prisão era seguida pelo confisco dos livros e sua utilização como prova incriminatória. Os órgãos de segurança se utilizavam de meios violentos com o intuito de intimidar práticas de editoras e livrarias tidas como “perturbadoras” (OTERO, 2003, p. 111-114).

“A censura a livros durante a Ditadura Militar teve uma atuação mais forte não nos chamados Anos de Chumbo (1968-1972), mas sim durante o governo Geisel (março de 1974 a março de 1979), e especialmente no final desse governo” (REIMÃO, 2014, p. 81-82). Segundo a pesquisa de Reimão (2014), neste período mais de 50% dos livros submetidos à Divisão de Censura e Diversões Públicas foram vetados. O DCDP refletia os interesses de classes conservadoras brasileiras, que eram contra conhecimentos, crenças, artes e costumes que violassem a moral instituída, sendo um órgão repressivo, de contenção social, e de conservação da ideologia vigente (VIEIRA, 2010, p. 13).

Além dos momentos de exceção do Estado Novo e da Ditadura Militar, é importante salientar algumas ações governamentais ofensivas presentes entre os anos de 2016 a 2022. Momento que se inicia com o impeachment de Dilma Rousseff e com a presidência de Michel Temer, em que muitos dos acervos informacionais passaram a sustentar “uma sobrevida apática, procurando manter a relevância em meio a um contexto que já se mostrava avesso à produção cultural e artística brasileira” (VERAS; MINDÊLO, 2019). A precarização dessas instituições foi ganhando cada vez mais destaque com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Apesar de os três períodos citados não serem equivalentes, é possível analisar e retirar, com base nos documentos de referência, fenômenos similares que apontam para a permanência e a perpetuação de práticas de desmonte e de censura no país. “A ditadura brasileira deve ser analisada em sua especificidade. Ela não foi uma ditadura como as outras. Ela se mede através das marcas que ela deixa no presente, ou seja, através daquilo que ela deixará para frente” (TELES; SAFATLE, 2010, p. 10).

Neste sentido, durante o governo do presidente Michel Temer, segundo o site da Câmara do Deputados (2016), em 15 de junho de 2016, foi apresentada ao Plenário, pelo Poder Executivo, a Proposta de Emenda à Constituição 241/2016 que modificava o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, instaurando um novo regime fiscal. Atualmente, a PEC foi transformada em Emenda Constitucional 95/2016, ou “Ementa do Teto dos Gastos Públicos”, e “congela o orçamento do governo federal por vinte anos, impactando diretamente na área cultural” (CERQUEIRA, 2018, p. 10). Neste âmbito, a “PEC é ainda mais devastadora. Isso porque, diferentemente da saúde e educação, que possuem pisos orçamentários obrigatórios previstos na Constituição, a cultura não tem essa garantia” (CERQUEIRA, 2018, p. 10).

Ainda em 2017, a exposição “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”, ocorrida no Santander Cultural de Porto Alegre, sofreu um enorme boicote (GONÇALVES, 2017). A controvérsia sobre esta exibição se ampliou aos acervos informacionais. Por ter sido uma mostra financiada com o apoio da Lei de Incentivo à Cultura, o catálogo da apresentação foi entregue para todas as bibliotecas públicas porto-alegrenses. Vereadores de cinco municípios da região resolveram, então, em novembro de 2017, requerer a retirada da obra dessas bibliotecas, sendo, posteriormente, verificado que o livro já não formava os acervos de duas delas (LIMA; GALINDO, 2018, p. 4175).

Em 1º de janeiro de 2019, no primeiro dia de governo do presidente Jair Bolsonaro, o Ministério da Cultura foi extinto, pela medida provisória nº 870, publicada em edição especial do Diário Oficial da União. Em uma entrevista concedida ao Jornal da Universidade de São Paulo (USP), Arruda, diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, afirma que “o que está acontecendo com as instituições culturais do Brasil é um horror. Primeiro acabaram com o Ministério da Cultura, que foi construído no bojo da redemocratização. É literalmente um desmonte da cultura” (ARRUDA, 2019 apud COSTA, 2019).

Logo no início de 2020, a Biblioteca da Presidência da República quase foi diminuída pela metade para atender a equipe de um programa coordenado por Michelle Bolsonaro, esposa do presidente (MEGALE, 2020). Por conta da repercussão negativa da notícia e da atuação do Conselho Regional de Biblioteconomia da Primeira Região, a primeira-dama desistiu da reforma. Durante a obra, livros centenários foram amontoados em meio a materiais de construção no corredor que leva à biblioteca

(AMADO, 2020). A Cinemateca Brasileira, em São Paulo, também sofreu com a ausência de políticas públicas e correu o risco de fechar permanentemente por falta de subsídio do Governo Federal. A Associação Roquette Pinto, na época mantenedora da Cinemateca, apontou que o Executivo não havia transferido nenhuma verba, até 20 de julho de 2020, e denunciou uma dívida de 14 milhões de reais do governo de Bolsonaro (OLIVEIRA, 2020).

Uma outra forma de acesso controlado ao conhecimento, no entanto, vem se mostrando uma possibilidade no atual cenário social e político brasileiro. Em 21 de julho de 2020, o ministro da Economia, Paulo Guedes, encaminhou ao Congresso Nacional uma nova proposição de Reforma Tributária que trata, também, sobre o recolhimento de impostos sobre livros (VIVEIROS, 2020). O produto não sofre tributação desde a Constituição Federal de 1946, após o fim do Estado Novo, por meio de emenda constitucional concebida por Jorge Amado que, na época, era deputado constituinte pelo Partido Comunista Brasileiro. A alíquota desse novo imposto seria, então, de 12% (VIVEIROS, 2020). Esta medida já havia sido utilizada, anteriormente, por Augusto Pinochet, no Chile, como forma de dissuadir a população a adquirir conhecimento por meio dos livros. “Pinochet matou o acesso aos livros economicamente, por empurrar para cima os preços, mas sobretudo por afogar as editoras, que já padeciam com a censura, diminuindo o número dos que poderiam comprar ao mesmo tempo que reduzia o potencial de lançar novas publicações” (AMENI; ALBUQUERQUE, 2020).

Esta tática é conhecida como extrafiscalidade e prevê a utilização de tributos com o intuito de inibir o consumo de um produto (AMENI; ALBUQUERQUE, 2020). Coincidentemente, o ministro Paulo Guedes trabalhou durante os anos de 1980, no Chile, enquanto imperava o governo de Augusto Pinochet, “como professor universitário e integrante dos Chicago Boys, um grupo de ideólogos, planejadores e técnicos do regime, formados intelectualmente pela Escola de Chicago, sob influência do economista neoliberal Milton Friedman” (AMENI; ALBUQUERQUE, 2020). Os livros propiciam liberdade e independência, gerando uma maior reflexão e posicionamento. Quando a população tem acesso à informação de qualidade, passa, normalmente, a lutar contra o autoritarismo, a censura, a discriminação, a violência, o preconceito, e ao domínio de qualquer espécie (VIVEIROS, 2020). “No caso da proposta do ministro Paulo Guedes, ainda não se trata de censura. Ele apenas acha que “livro é coisa de elite”.

Vivemos tempos difíceis, não podemos permitir que tributos queimem livros e impeçam o desenvolvimento” (VIVEIROS, 2020).

Já no início de 2022, a Justiça Federal “proferiu sentença definitiva contra Sérgio Camargo, presidente da Fundação Cultural Palmares, proibindo exclusão de parte do acervo da instituição” (O GLOBO, 2022). Em meados de 2021, a Fundação Palmares publicou um relatório chamado “Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares” em que ordenava que se retirassem cerca de 5.300 livros, catálogos e folhetos da biblioteca da instituição. O parecer que se inicia com o provérbio africano “como a ferida inflama o dedo, o pensamento inflama a mente” declara que “cada livro é escrito com um objetivo declarado ou velado. Ele pode educar ou deseducar. Pode informar ou desinformar. Pode conduzir à delinquência ou à honestidade” (CNIRC, 2021, p. 6). O discurso utilizado neste documento nos lembra bastante o do ministro Gustavo Capanema em carta enviada ao presidente Getúlio Vargas, na qual se pedia a criação do INL.

Sérgio Camargo, na época, declarou que “as obras eram “pautadas pela revolução sexual, pela bandidolatria e por um amplo material de estudo das revoluções marxistas e das técnicas de guerrilha”. “Bandidos”, de Eric Hobsbawm, foi uma das obras excluídas” (GOBBI; DANTAS, 2021). Após decisão da justiça, uma nova declaração de Camargo gerou uma grande repercussão. “Teremos um cercadinho para os livros desviantes da missão institucional da Palmares, na futura biblioteca na nova sede da instituição. Os livros delinquentiais ficarão no fundo da biblioteca, à esquerda de quem entra, identificados com a placa Acervo da Vergonha” (CAMARGO, 2022 apud O GLOBO, 2022).

5 RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO ÀS AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE CENSURA AOS ACERVOS INFORMACIONAIS EM PERÍODOS AUTORITÁRIOS NO BRASIL

Historicamente, no Brasil, os acervos têm enfrentado diversas medidas governamentais ofensivas. Neste sentido, é importante salientar, também, as ações de resistência e enfrentamento relevantes ao fortalecimento dessas instituições como instrumentos culturais e informacionais em governos autoritários da história brasileira. A autora Reimão (2014, p. 88) nos lembra que foram muitos os atos de luta realizados por

pessoas anônimas, que, dentro de suas áreas de exercício, resistiram com integridade e em favor da liberdade, mesmo em tempos sombrios. Além de uma silenciosa multidão que procurou salvaguardar os direitos humanos essenciais em momentos intimidadores, afinal, em determinados períodos, até mesmo comprar, carregar e guardar livros podia ser perigoso (REIMÃO, 2014, p. 88).

Durante o Estado Novo, quando o Curso Superior de Biblioteconomia foi fechado por Prestes Maia, “revoltado com a arbitrariedade da decisão do prefeito, Rubens Borba de Moraes, ao retornar de viagem, decidiu não só reativar como privatizar o curso” (LEITÃO, 2010, p. 100), afastando-se assim do domínio do Estado. Na época, Moraes procurou um amigo que era próximo dos diretores da Escola Álvares Penteado. A escola, então, passou a abrigar o curso, concedendo-lhe instalações. Sob a direção de Rubens Borba, este se tornou anexo à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). Em 1942, a ELSP passou a disponibilizar bolsas de estudos, tendo os alunos que, ao se formarem, reestruturar e estabelecer bibliotecas. A iniciativa foi de grande importância para a expansão de bibliotecas e na estruturação de diversas Escolas de Biblioteconomia pelo Brasil (MILANESI, 1989 apud LEITÃO, 2010, p. 100). É importante destacar que ações de privatização, por si só, não se configuram como um ato de luta pela democratização do acesso. No entanto, diante do caso latente de censura por parte do Estado, a solução de Moraes apresentou-se como uma alternativa que resultou na subversão da atuação censória.

“Como as bibliotecas públicas, durante este período, estavam sujeitas à fiscalização do governo, os comunistas encontraram outra maneira de se fazerem presentes” (CALDAS, 2005, p. 39). Deste modo, foi criada a biblioteca ambulante “Vamos Ler”, que percorria várias cidades no interior do estado de São Paulo, na época, e ficava de dois a três dias em cada local. Eram realizados empréstimos de romances e livros de ideal marxista (CALDAS, 2005, p. 39). As autoras Arapiraca e Reis (2008, p. 69) complementam que os socialistas acreditam no poder da palavra escrita na propagação de suas ideias e, por isso, traçaram novas estratégias para divulgá-las e disseminá-las.

Criados em 1961, os Centros Populares de Cultura (CPCs) “foram uma iniciativa da União Nacional dos Estudantes (UNE) e seu principal idealizador foi Oduvaldo Vianna Filho. O objetivo era, através das diversas manifestações artísticas, promover a conscientização e a politização da sociedade, como um caminho para a

transformação social” (FROTA, 2014, p. 89). Na época, os CPCs desenvolviam diversas atividades, como a montagem e produção de peças de teatro, a realização de filmes em longa-metragem, a gravação e distribuição de discos de vinil, a apresentação de diversos shows musicais em praças públicas e teatros, a publicação dos “Cadernos do Povo Brasileiro”, sob a direção de Ênio Silveira, cursos de teatro, cinema, artes visuais e filosofia para formação profissional, técnica e artística, além da fundação de uma rede nacional de distribuição de livros, discos e revistas (BERLINCK, 1984, p. 20-30).

Considerando os processos de comunicação do conhecimento, ou seja, a produção, a disseminação e uso da informação, as ações de resistência no campo editorial também são importantes na luta pelo fim da censura que afetava brutalmente os acervos informacionais. Neste sentido, os “Cadernos do Povo Brasileiro” surgiram durante o governo de João Goulart (1961-1964) e tinham como plano de fundo o forte sentimento nacionalista da época. As publicações não possuíam aspiração acadêmica, sendo elaboradas em linguagem acessível à população em geral, independente do grau de escolaridade. Contavam com títulos diretos, explosivos e de questionamento, visando atingir diretamente o debate político nacional, além de denunciar os expressivos problemas sociais do país, como a miséria, o analfabetismo e as doenças de massa (LOVATTO, 2009, p. 94-95). José Olympio Pereira Filho também foi importante neste processo e, na época, “continuou a imprimir suas obras mesmo quando seus autores foram presos. Também provocou o governo integrando, nos quadros funcionais da editora, Jorge Amado, autor perseguido” (LEITÃO, 2010, p. 138).

É válido destacar, também, o Movimento de Cultura Popular em Recife (MCP). De 1960, “esses movimentos tiveram grande importância na formação de diversos pensadores do país. Duraram pouco tempo, mas contribuíram para a formação intelectual e política de vários jovens” (LIMA, 2014, p. 33-34). O MPC foi construído para promover e incentivar a educação de crianças e adultos e proporcionar e acelerar a elevação do nível material e cultural dos pernambucanos, a partir de bibliotecas, teatros, cinemas, televisão, músicas, esportes, educação física e jogos infantis (SOUZA, 2014, p. 11-12). “Às Bibliotecas caberia iniciar quanto ao emprego de livros de referência, orientar em relação à elaboração de resumos, estimular o desenvolvimento de escritores, valorizando, sobretudo, a literatura infanto-juvenil e serem centros de audiência de palestras sobre temas educativos” (ROSAS, 1986, p. 26-27).

“Em um corajoso e claro ato de resistência ao governo militar, em maio de 1966, a editora Civilização Brasileira impetrou mandado de segurança contra o Departamento Federal de Segurança Pública questionando as várias ações confiscatórias de livros” (REIMÃO, 2011, p. 11). A editora de Ênio Silveira, que antes do golpe de 1964, já havia publicado livros de autores como Gramsci, György Lukács, Lucien Goldmann e Theodor Adorno, voltados ao pensamento marxista, teve sua linha editorial acentuada após a instauração da Ditadura Militar, demonstrando uma posição intransigente frente ao governo. Neste sentido, o texto do mandado é emblemático (VIEIRA, 1998, p. 146).

Trata-se de saber se o governo tem o arbítrio de apreender os livros que bem entende, sob ridículos pretextos, como se não houvesse leis no País (...) trata-se de saber, em suma, se estão com razão os que afirmam que a revolução de 1964 inaugurou no país uma época de arbítrio, de intolerância, de prepotência e de opressão... A digna autoridade (que fez as apreensões) procura justificar-se com a simples alegação de que as obras são subversivas. Tal alegação não só não está acompanhada por qualquer elemento de convicção, como pode facilmente ser desmentida por qualquer pessoa de rudimentar inteligência e cultura, que tenha lido os livros apreendidos (CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1966 apud REIMÃO, 2014, p. 12).

Na segunda metade da década de 1970, as manifestações retornaram com ainda mais afinco e escritores, editores, intelectuais, artistas, cientistas, professores começaram a mobilizar-se para resistir e protestar. Em relação às declarações pelas liberdades no âmbito das instituições culturais e informacionais destaca-se o “Manifesto dos 1046 intelectuais contra a Censura”, do qual faziam parte Helio Silva, Lygia Fagundes Telles, Nélida Pinõn e Jefferson Ribeiro de Andrade, entregue ao ministro da Justiça em Brasília, em 25 de janeiro de 1977 (REIMÃO, 2014, p. 77). “Nós, para quem a liberdade de expressão é essencial, não podemos ser continuamente silenciados. O nosso amordaçamento há de equivaler ao silêncio do próprio Brasil e à sua inequívoca conversão em país que muito pouco terá a dizer brevemente” (TELLES et al., 1977 apud FOLHA DE SÃO PAULO, 1994). Em relação a censura prévia, aquela aplicada anteriormente à publicação de obras, os autores Jorge Amado e Érico Veríssimo lideraram a oposição, declarando, na época, que em nenhuma hipótese mandariam os originais de seus livros aos censores (REIMÃO, 2014, p. 78).

No âmbito das bibliotecas e dos bibliotecários, a autora Leitão (2010, p. 124), coloca

que “durante toda a década de 1960, houve uma preocupação com a padronização do currículo mínimo da formação superior na área. Na década seguinte, surge o primeiro curso de pós-graduação em Biblioteconomia”. Também apresentada como uma ação de resistência, Greenhalgh (2020) aponta que foram escondidos vários livros no cofre da biblioteca da Universidade de Brasília, BCE, para evitar que estes fossem recolhidos pelo regime. Lemos (2010) também aborda esse assunto em sua entrevista à Leitão (2010, p. 133), colocando que “eu vi depois nessa caixa-forte exemplares de outros livros que os próprios bibliotecários tinham retirado das estantes e guardaram: vamos preservar! Porque um dia a situação muda e isso pode estar de volta”.

Atualmente, as ações de resistência e enfrentamento também vem se fazendo necessárias. Neste sentido, segundo uma reportagem do Jornal do Comércio (2017), após a polêmica retirada de catálogos da exposição “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”, em 2017, de bibliotecas públicas porto-alegrenses, bibliotecários de Caxias do Sul encaminharam a obra para o setor de obras raras da biblioteca, evitando, portanto, que esta fosse retirada do acervo e possibilitando o seu futuro acesso e pesquisa. Na época, o Conselho Federal de Biblioteconomia publicou, também, um comunicado em que criticava a censura. “Não costumamos ter problemas, pois os bibliotecários filtram muito bem o que deve ou não ser exposto a crianças. Temos áreas restritas com livros sobre nazismo e outros que podem incitar o suicídio, por exemplo. Não é preciso que vereadores, por politicagem, interfiram” (RIBEIRO, 2017 apud SANDER, 2017, p. 1).

O Conselho Regional de Biblioteconomia da Primeira Região também se manifestou no tocante ao desmonte da biblioteca da Presidência da República, em Brasília, que quase foi diminuída pela metade, no início de 2020. “As bibliotecas presidenciais estão abertas ao público e disponibilizam os registros de um governo a pesquisadores, historiadores e a qualquer pessoa interessada em saber como aquele governo funcionou, independentemente de qualquer questão partidária ou ideológica” (CRB-1, 2020, p. 1). Em vista disso, a nota de repúdio pontuava inclusive que “o Conselho, em sua busca por proteger a sociedade de maus serviços, entende que só há democracia se houver garantia de um sistema onde o direito de acesso à informação seja para todos” (CRB-1, 2020, p. 1).

A Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, desenvolveu alguns eventos e exposições com o intuito de informar e combater o cerceamento de informações. Em 2019, o Festival Mix Literário “chegou à sua segunda edição em um ano de

luta contra a censura aos livros produzidos por LGBTQI+ no Brasil” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 2019a, p. 1). Já em 2020, “obras censuradas no decorrer de três séculos fizeram parte de uma exposição do acervo de raridades da biblioteca” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 2020, p. 1). Denominada “Banidos: obras censuradas no acervo de raros da Mário”, a mostra comportava “desde títulos como Comédia Eufrosina, de Jorge Ferreira de Vasconcellos, peça de teatro do século 16 censurada pela Igreja e incluída no Index Librorum Prohibitorum; chegando a “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, incinerado em praça pública pelo Estado Novo, em 1937” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 2020, p. 1).

A abertura da exposição “contou com uma conversa com Ignácio de Loyola Brandão, romancista brasileiro autor de obras que foram censuradas na época da ditadura, e Laura Mattos, escritora de “Herói Mutilado: Roque Santeiro e os bastidores da censura à TV na ditadura” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 2020, p. 1). O festival “Verão Sem Censura”, também de 2020, não podia deixar de fora a biblioteca Mário de Andrade, com o intuito de “apoiar e fortalecer a resistência aos ataques à cultura e aos artistas no Brasil” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 2019b, p. 1). Na época, foi possível assistir “às peças “O Caderno Rosa de Lori Lamby” e “Navalha na Carne Negra”; um bate-papo sobre Marighella, com Mário Magalhães; “Uma Aula sobre 1984”, com Lilia Schwarcz; e o clube de leitura Puñado lê Proibidas, com autoras latino-americanas que foram censuradas” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 2019b, p. 1).

Em 2020, em comemoração ao Dia do Bibliotecário, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), lançou uma campanha denominada “Bibliotecas que não se calam: aqui a censura não tem vez” com o intuito de “trazer para a pauta a valorização de nossas bibliotecas enquanto espaços democráticos de acesso à informação” (FEBAB, 2020, p. 1). Na página, foram disponibilizados “um formulário online para que bibliotecários de todo o país pudessem relatar, anonimamente, casos de censura que sofreram em suas bibliotecas”; “uma bibliografia para a introdução às diferentes abordagens de censura no dia-a-dia do bibliotecário”; além de “uma compilação de livros que foram censurados no Brasil e mencionados nos relatos coletados para a campanha” (FEBAB, 2020, p. 1).

Já em meados de 2021, o juiz federal Erik Navarro Wolkart protocolou uma liminar impedindo que Sérgio Camargo retirasse cerca de 5.300 obras do acervo da biblioteca da Fundação Cultural Palmares. Uma multa de R\$ 500 seria aplicada para cada livro que fosse doado pelo presidente da instituição. Esta denúncia partiu de uma ação popular do advogado Paulo Henrique Lima (O GLOBO, 2021). “O ato que se busca impugnar nesta ação [é] um ataque insano contra o patrimônio histórico que esta Fundação acumulou por décadas. É nitidamente uma censura, uma violação à constituição, à democracia e busca apagar parte da história de nosso país” (LIMA, 2021).

Na época, tanto o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) quanto a FEBAB se manifestaram contra o descarte dos livros na Palmares. “O CFB repudia a decisão da Fundação Palmares de eliminar parte de seu acervo bibliográfico, ignorando, para isso, os critérios técnicos e científicos da Biblioteconomia e dos princípios que regem a Administração Pública” (CFB, 2021 apud CRB-6, 2021). Neste sentido, a FEBAB afirmou que “retirar quaisquer materiais que se coloque contra a posição ideológica de governos e/ou gestores sem utilizar metodologias científicas, assim como desconsiderar o papel da profissão bibliotecária para que se realize essa atividade é, no mínimo, agir com censura” (FEBAB, 2021 apud CRB-6, 2021). Medidas judiciais também foram protocoladas pelo CFB. No início de 2022, a Justiça Federal proibiu de forma definitiva a exclusão dessas obras (O GLOBO, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acervos informacionais, desde sua constituição, têm enfrentado diversos períodos históricos autoritários. No Brasil, dois foram os períodos de exceção do último século: o Estado Novo, que perdurou de 1937 a 1946, e a Ditadura Militar, de 1964 a 1985. Já em 1988, a nova Constituição Federal da República consagrou “a liberdade de pensamento e expressão, protegendo de forma ampla a produção artística, as manifestações culturais, a difusão de informação e o acesso a esta” (GOUVÊA, 2019, p. 1), dando início, teoricamente, a uma nova era, na qual a censura e o acesso controlado ao conhecimento seriam abandonados. No entanto, na prática, mesmo após a redemocratização, políticas ofensivas são identificadas e impactam no cotidiano dos acervos informacionais e de seus públicos.

Ao se analisar a conjuntura política social recente, é possível notar que as ações governamentais de desmonte e censura vêm se agravando. Obras de literatura e política passando a integrar um “acervo da vergonha”, livros sendo retirados por vereadores de bibliotecas, descaso com a biblioteca da presidência da República e novas propostas de taxaço de livros marcam o cenário atual e nos mostram constantes similaridades com períodos censórios da nossa história. Tanto o relatório “Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”, de 2021, quanto a carta do ministro Gustavo Capanema, de 1937, pontuam que as ideias têm o poder de inflamar e que, por isso, devem ser controladas pela supervisão do Estado ou relegadas a um cantinho da vergonha, sendo taxadas como delinquentes.

Com o intuito de se refletir, então, sobre as políticas de governo da atualidade e em como estas têm exercido influência no trabalho e na perpetuação dos acervos informacionais, este artigo se propôs a investigar alguns atos governamentais de censura a estas instituições durante o “Estado Novo (1937-1946)”; a “Ditadura Militar (1964-1985)”; e o “Brasil Atual (2016-2022)”, evidenciando ações como forma de resistência e enfrentamento a essas políticas.

Em relação ao período do Estado Novo, ao todo foram encontradas 6 políticas governamentais de censura, sendo elas: o desmantelamento do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo; a interrupção do projeto de Biblioteca Municipal de Rubens Borba de Moraes; o encerramento do Curso Superior de Biblioteconomia de São Paulo; o Instituto Nacional do Livro; o Departamento de Ordem Pública e Social; e o Departamento de Imprensa e Propaganda. Foram apontadas, também, 5 ações de resistência e enfrentamento ao período: a privatização do Curso Superior de Biblioteconomia por Rubens Borba de Moraes (que, por si só, não se configura como um ato de luta pela democratização do acesso, porém teve o intuito de subverter a atuação censória); a Biblioteca ambulante “Vamos Ler”; a resistência no campo editorial, com as ações de José Olympio Pereira Filho; os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes; e o Movimento de Cultura Popular em Recife.

Ao se tratar da Ditadura Militar, foram encontradas 7 políticas governamentais de censura: o Ato Institucional nº 5; o Departamento de Ordem Política e Social; a Divisão de Censura de Diversões Públicas; a invasão, revista e recolhimento de livros em bibliotecas de faculdades e universidades; o Decreto-lei nº 1.077; as Comissões de

Incineração; e os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes sendo colocados na ilegalidade. Foram apontadas, também, 4 ações de resistência e enfrentamento ao regime, sendo elas: o manifesto dos 1046 intelectuais contra a censura; o mandado de segurança impetrado contra o Departamento Federal de Segurança Pública pela Editora Civilização Brasileira questionando as várias ações confiscatórias de livros; livros escondidos no caixa-forte da biblioteca da Universidade de Brasília para evitar que estes fossem recolhidos pelo regime; e a luta e resistência de escritores contra a censura e pela liberdade de expressão.

Em 2014, em alusão aos 50 anos do golpe militar de 1964, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação criou uma campanha, denominada “Ditadura Nunca Mais”, com o intuito de “celebrar a resistência da sociedade brasileira contra o estado de exceção determinado pelos militares” (CNTE, 2014). A ação reivindicava a importância de se lembrar para nunca mais reviver. Ao se abordar os contextos políticos e sociais após a redemocratização, é possível perceber, no entanto, assim como apontado por Scabin (2017, p. 56) que, “apesar do caráter liberal, tolerante e pluralista da Constituição de 1988, ainda persistem, nas brechas da Lei, pelas mãos do Estado e de agentes privados, tentativas de controle e restrição das informações que podem ir a público”.

A história e o contexto nacional trouxeram, então, elementos para o estudo do momento atual do Brasil. Analisar o percurso dos acervos informacionais nos faz perceber que estes vêm resistindo a ações de censura desde sua origem e que diversos setores da população tem lutado para que estes permaneçam vivos e atuantes a várias décadas. Identificar atores e ações relevantes ao fortalecimento destes locais em governos autoritários brasileiros, nos mostra, então, que é possível resistir ao cenário político e social recente. “Eu creio que as condições da história atual permitem ver que outra realidade é possível. Essa outra realidade é boa para a maior parte da sociedade e nesse sentido a gente é otimista. A gente é pessimista quanto ao que está aí, mas otimista quanto ao que pode chegar” (SANTOS, 2006).

O que os acervos informacionais enfrentam, no Brasil, é, por muitas vezes, angustiante. A observação de Milton Santos nos faz ter esperanças de que juntos podemos transformar essa realidade, que a mudança está ao nosso alcance. Temos, nesta perspectiva, um papel fundamental no enfrentamento à essa conjuntura, afinal, assim como apontado por Marx (1845, p. 24), “os filósofos têm apenas

interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”. A permanência e a perpetuação de políticas de censura no país nos mostra que esse problema nunca foi, de fato, resolvido. O presente, porém, nos oferece saídas. “Os seres humanos podem resistir a qualquer poder humano e mudá-lo. Resistência e mudança geralmente começam na arte. Muitas vezes em nossa arte, a arte das palavras” (LE GUIN, 2014 apud THE GUARDIAN, 2014, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

- AMADO, Guilherme. **Planalto empilha no chão livros de biblioteca desmontada para abrigar Michelle Bolsonaro**. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/video-planalto-empilha-no-cao-livros-de-biblioteca-desmontada-para-abrigar-michelle-bolsonaro-24252259>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- ARAPIRACA, Mary; REIS, Minervina Joseli Espíndola. Políticas públicas de leitura implantadas entre a década de 1930 ao final do século XX: do controle à fomentação. **Revista Mosaicum**, Teixeira de Freitas, v. 4, n. 8, 2008. Disponível em: <https://revistamosaicum.org/index.php/mosaicum/article/view/341/301>. Acesso em: 31 mar. 2021.
- BERLINCK, Manoel Tosta. **O Centro Popular de Cultura da UNE**. Campinas: Papyrus, 1984.
- CALDAS, Elaine Formentini. **A trajetória dos programas oficiais de leitura e da biblioteca pública no Brasil durante o período de 1937-2004**. 2005. 182 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC 241/2016**: proposta de emenda à constituição. Proposta de Emenda à Constituição. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 23 abr. 2021.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. 208 p.
- CERQUEIRA, Amanda P. Coutinho de. Política cultural e “crise” no governo Temer. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 55, n. 1, p. 1-17, 30 jun. 2018. Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8548/5483>. Acesso em: 04 abr. 2021.
- CNTE. **Ditadura Nunca Mais**. 2014. Disponível em: <https://ditaduranuncamais.cnte.org.br/>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- COSTA, Claudia. **“Estamos vivendo o desmonte total das instituições da Cultura”**. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/estamos-vivendo-o-desmonte-total-das-instituicoes-da-cultura/>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da; GERMANO, José Willington. Conhecimento proibido: a interdição da leitura em regimes políticos autoritários. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 11, 14 out.

2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4306/3510>. Acesso em: 17 maio 2021.

CRB-1. **Nota sobre a Redução da Biblioteca da Presidência da República**. 2020. Disponível em: <https://crb1.org.br/site/2020/02/notapr/>. Acesso em: 17 maio 2021.

CRB-6. **CFB e FEBAB publicam notas de repúdio sobre Fundação Cultural Palmares**. 2021. Disponível em: <https://crb6.org.br/artigos-materias-e-entrevistas/cfb-e-febab-publicam-notas-de-repudio-sobre-fundacao-cultural-palmares/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CUNHA, G. Em sentença definitiva contra Sergio Camargo, Justiça proíbe Fundação Palmares de doar acervo. **O Globo**, Cultura. 7 jan. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/em-sentenca-definitiva-contr-sergio-camargo-justica-proibe-fundacao-palmares-de-doar-acervo-1-25345064#:~:text=A%20Justi%C3%A7a%20Federal%20proferiu%20uma,no%20caso%20a%20ser%C3%A3o%20intimadas>. Acesso em: mar 2022.

ENCONTRO com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá. Direção de Sílvio Tendler. Produção de Ana Rosa Tendler. Intérpretes: Milton Santos, Boubacar Boris Diop, Carlos Pronzato, Ailton Krenak, Adetokunbo Borishade, Adirley Queirós, Eduardo Galeano, Aline Sasahara, Joseph Stiglitz, Celso Amorim, José Saramago. Roteiro: Cláudio Bojunga. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 2006. (89 min.), color.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2019.

FEBAB. **Bibliotecas que não se calam**: aqui a censura não tem vez. 2020. Disponível em: <http://febab.org.br/censurado/>. Acesso em: 18 maio 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Manifesto dos Intelectuais” pediu o fim da censura em janeiro de 77. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 03 abr. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/03/brasil/27.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

FREITAS NETO, José Alves de; TASINAFO, Célio Ricardo. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Harbra, 2015.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Biblioteca pública: espaço de formação da opinião pública?. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 19, n. spe, p. 79-94, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/JMg6DqxZQSLRsxWsszZ53Ch/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2021.

CNIRC. **Retrato do acervo**: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares. 2021. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/cnirc01_liminar_v2_08_07.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

GOBBI, Nelson; DANTAS, Dimitrius. **Após cruzada ideológica, Fundação Palmares vai retirar metade do seu acervo**. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/apos-cruzada-ideologica-fundacao-palmares-vai-retirar-metade-do-seu-acervo-25056372>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GOMES, Denise Pedroso. **O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938)**: políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

GONÇALVES, Juliana. **"Queimem a bruxa!" Visita de Judith Butler provoca manifestações nas ruas de São Paulo.** 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/11/07/judith-butler-bruxa-manifestacoes-sao-paulo-ideologia-genero/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

GOUVÊA, Viviane. **Censura no Brasil: o que podemos saber?. Que República é essa?** 2019. Disponível em: <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/136-censura-no-brasil.html>. Acesso em: 23 mar. 2022.

GREENHALGH, Raphael Diego. Os livros e a censura em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985). **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 3, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/52231/31487>. Acesso em: 17 abr. 2021.

LEE, Peter. Por que aprender História? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 42, p. 19-42, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n42/a03n42.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão.** 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LIMA, Arabelly de.; GALINDO, Marcos. Tempos de censura: reflexões sobre o posicionamento crítico e político do bibliotecário. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, Londrina. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103057>. Acesso em: 18 mar. 2021.

LIMA, Bárbara Alessandra Ribeiro de Miranda. **Bibliotecas públicas de Vargas a Rousseff: políticas culturais e formação humana na desigualdade brasileira.** 2014, 82 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Paulo Henrique Antonio. **Ação popular c/ pedido de liminar.** 2021. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2021/06/Acao-Popular-Fundacao-Palmares.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

LOVATTO, Angélica. Ênio Silveira e os Cadernos do Povo Brasileiro. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p. 93-103, jul. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18936/14098>. Acesso em: 31 mar. 2021.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach.** 1845. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/feuerbach.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MEGALE, Bela. Governo desmonta biblioteca do Palácio do Planalto para abrigar Michelle Bolsonaro. **O Globo**. Brasília. 14 fev. 2020. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/governo-desmonta-biblioteca-do-palacio-do-planalto-para-abrigar-michelle-bolsonaro.html>. Acesso em: 11 mar. 2021.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 453 p.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**,

v. 13, n. 1, 1984. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74223>. Acesso em: 13 set. 2020.

O GLOBO. **Após decisão da Justiça, Sérgio Camargo diz que livros da Palmares ficarão expostos em 'cercadinho da vergonha': 'À esquerda de quem entra'**. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/apos-decisao-da-justica-sergio-camargo-diz-que-livros-da-palmares-ficaro-expostos-em-cercadinho-da-vergonha-esquerda-de-quem-entra-25346455>. Acesso em: 20 jan. 2022.

O GLOBO. **Sérgio Camargo criará 'Seção da Vergonha' para obras que não conseguiu excluir da Palmares**. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/sergio-camargo-criara-secao-da-vergonha-para-obras-que-nao-conseguiu-excluir-da-palmares-25140345>. Acesso em: 23 fev. 2022.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; CASTRO, Jetur Lima de. (Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 125-151, 20 ago. 2018. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/80013/48791>. Acesso em: 18 mar. 2021.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; CASTRO, Jetur Lima de. Enfoques da revolução francesa, nazismo e Ditadura Militar no Brasil: repressão e censura à informação. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 117-134, 2015. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/71614>. Acesso em: 18 mar. 2021.

OLIVEIRA, Joana. **Cinemateca Brasileira agoniza e se torna símbolo da falta de política cultural do Governo Bolsonaro**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-29/cinemateca-brasileira-agoniza-e-se-torna-simbolo-da-falta-de-politica-cultural-do-governo-bolsonaro.html>. Acesso em: 07 abr. 2021.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca "fora do tempo": políticas governamentais de bibliotecas no Brasil, 1937-1989**. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de Livros durante a Ditadura Militar: 1964-1978**. 2003. 309 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PAULO ROSAS, 1986, Recife. **Movimento de Cultura Popular - MCP**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986. p. 19-36. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/prosasn.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

RAMOS, Carla Michele. A arte teatral do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, 1961-1964. **Temporalidades**: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 100-114, jan. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5573/3503>. Acesso em: 22 mar. 2022.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: censura a livros na Ditadura Militar. 2015. Tese (Livre Docência em Comunicação e cultura) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." - censura a livros na Ditadura Militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, abr. 2014.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: Penso Editora, 2013.

SANDER, Isabella. **Catálogo do Queermuseu desaparece de bibliotecas**. 2017. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/2017/11/geral/594724-catalogo-do-queermuseu-desaparece-de-bibliotecas.html>. Acesso em: 17 maio 2021.

SCABIN, Nara Lya Cabral. Heranças censórias: mecanismos, efeitos e significado cultural da censura a livros em momentos de ditadura e democracia. **Revista Eptic: Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 20, n. 2, p. 54-69, maio 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/9615/7448>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SCMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. **Exposição "Banidos: obras censuradas no acervo de raros da Mário"**. 2020. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/programacao/index.php?p=27410>. Acesso em: 17 maio 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. **Biblioteca Mário de Andrade - Programação de Novembro**. 2019a. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=27062>. Acesso em: 17 maio 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. **Festival Verão Sem Censura acolhe manifestações culturais censuradas e oprimidas**. 2019b. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/festival-verao-sem-censura-acolhe-manifestacoes-culturais-censuradas-e-oprimidas-1>. Acesso em: 17 maio 2021.

SILVA, Suely Braga da. **O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945)**: planos, ideais e realizações. 1992. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SOUZA, Fabio Silva de. **O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"**. 6. ed. Porto Alegre: L&PM, 2020.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. A Biblioteconomia e as contradições do social. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 1, 25 abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/31133/17423>. Acesso em: 18 mar. 2021.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. 350 p.

THE GUARDIAN. **Ursula K. Le Guin's speech at National Book Awards**: “books aren't just commodities”. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2014/nov/20/ursula-k-le-guin-national-book-awards-speech>. Acesso em: 17 abr. 2021.

VERAS, Luciana; MINDÊLO, Olívia. O eclipse da cultura no Brasil?. **Revista Continente**: revista pernambucana de jornalismo cultural, Recife, n. 244, ago. 2019. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/224/o-eclipse-da-cultura-no-brasilr>. Acesso em: 23 abr. 2021.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 16, n. 2, 1988.

VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998. 206 p.

VIEIRA, Nayara da Silva. **Entre o imoral e o subversivo**: a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) no Regime Militar (1968-1979). 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

VIVEIROS, Ricardo. **Como queimar livros com tributos**. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/como-queimar-livros-com-tributos/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

Recebido em: 06 de abril de 2022
Aprovado em: 16 de maio de 2023
Publicado em: 22 de julho de 2023